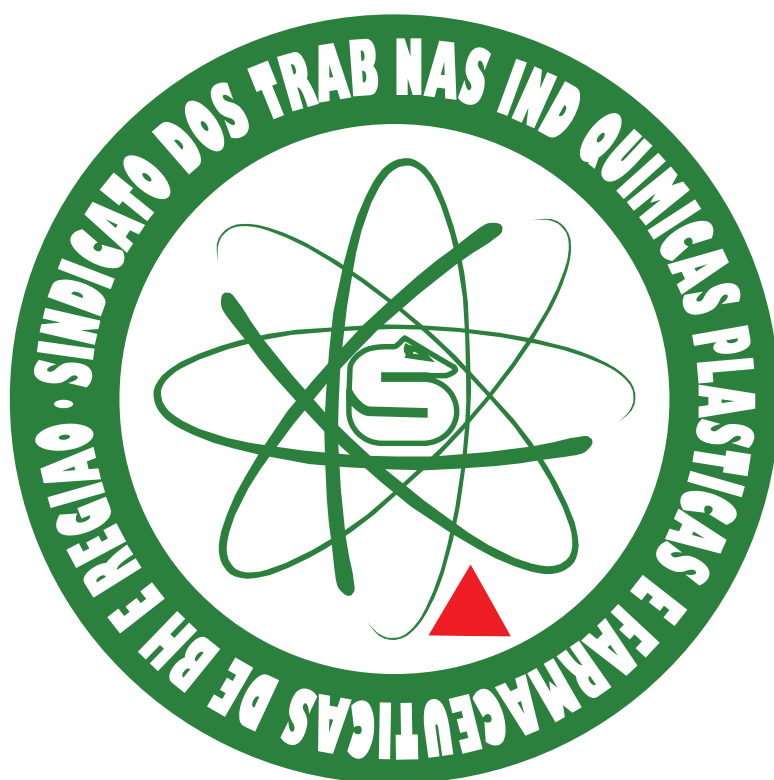


# CCCT

Convenção Coletiva de Trabalho

## ARTIGOS PIROTÉCNICOS



NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:

DATA DE REGISTRO NO MTE:

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

NÚMERO DO PROCESSO:

DATA DO PROTOCOLO:

Confira a autenticidade no endereço: <http://www.mte.gov.br/mediador>.

# 2011

<b>PAGINA</b>	<b>INDICE DA CCT 2011 ARTIGOS PIROTÉCNICOS</b>	
1	CLAUSULA 1ª	DATA BASE - ABRANGÊNCIA - PISO
2	CLAUSULA 2ª	PAGAMENTOS DE SALÁRIOS
2	CLAUSULA 3ª	REAJUSTES SALARIAIS
2	CLAUSULA 4ª	EXTRATO DE FGTS
2	CLAUSULA 5ª	COMPENSAÇÃO E PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
2	CLAUSULA 6ª	ABONO INTERNAÇÃO
2	CLAUSULA 7ª	BANCO DE HORAS
4	CLAUSULA 8ª	FÉRIAS COLETIVAS E LICENÇA REMUNERADA
4	CLAUSULA 9ª	HORAS EXTRAS
4	CLAUSULA 10ª	PREVENÇÃO DE ACIDENTE E DOENÇAS
5	CLAUSULA 11ª	NORMAS CONSTITUCIONAIS
5	CLAUSULA 12ª	SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO
5	CLAUSULA 13ª	TRANSPORTE COLETIVO
5	CLAUSULA 14ª	ATESTADO MÉDICO/ ODONTOLÓGICO
5	CLAUSULA 15ª	IGUALDADE DE CONDIÇÕES DE TRABALHO
6	CLAUSULA 16ª	EMPREGO EM VIA DE APOSENTADORIA
7	CLAUSULA 17ª	PRIMEIROS SOCORROS
7	CLAUSULA 18ª	AÇÃO DE CUMPRIMENTO
7	CLAUSULA 19ª	REVISÃO
7	CLAUSULA 20ª	ABRANGÊNCIAS
7	CLAUSULA 21ª	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA
7	CLAUSULA 22ª	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL
8	CLAUSULA 23ª	CESTA BÁSICA
8	CLAUSULA 24ª	CLAUSULA PROTETIVA
8	CLAUSULA 25ª	ADIANTAMENTO QUINZENAL DE SALÁRIOS
9	CLAUSULA 26ª	ANOTAÇÕES NA CTPS
9	CLAUSULA 27ª	PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS
9	CLAUSULA 28ª	CONCESSÃO DE FÉRIAS INDIVIDUAIS
10	CLAUSULA 29ª	LICENÇA PARA CASAMENTO
10	CLAUSULA 30ª	GARANTIAS DE EMPREGO
10	CLAUSULA 31ª	RECADOS TELEFÔNICOS
10	CLAUSULA 32ª	COMUNICADO DE ACIDENTES DE TRABALHO
10	CLAUSULA 33ª	BOLETINS DO SINDICATO PROFISSIONAL
11	CLAUSULA 34ª	RECIBO DE ENTREGA DE EQUIPAMENTOS DE USO INDIVIDUAL
11	CLAUSULA 35ª	CIPA
11	CLAUSULA 36ª	FORNECIMENTO DE UNIFORMES EPI'S
11	CLAUSULA 37ª	FORNECIMENTO DE LANCHE
12	CLAUSULA 38ª	VISITA DOS DIRETORES DO SINDICATO
12	CLAUSULA 39ª	RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES
12	CLAUSULA 40ª	MENSALIDADE DO SINDICATO PROFISSIONAL
13	CLAUSULA 41ª	EMPREGADO ESTUDANTE
13	CLAUSULA 42ª	COMISSIONISTA
13	CLAUSULA 43ª	DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO
13	CLAUSULA 44ª	ÁGUA POTÁVEL
13	CLAUSULA 45ª	MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
14	CLAUSULA 46ª	TRABALHADORAS DE EMPREITEIRAS
14	CLAUSULA 47ª	FUNCIONÁRIOS REPRESENTANTES DA EMPRESA E DO SINDICATO
14	CLAUSULA 48ª	GARANTIAS DE EMPREGO PARA ACIDENTADOS
14	CLAUSULA 49ª	MULTA
14	CLAUSULA 50ª	VIGÊNCIA
14	CLAUSULA 51ª	FATORES CLIMÁTICOS DIVERSOS E OUTROS
15	CLAUSULA 52ª	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL
15	CLAUSULA 53ª	SINDICALIZAÇÃO
15	CLAUSULA 54ª	NORMAS PACTUADAS NA NR 19 E ASSINATURA

**CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO****2011-2012**

Convenção Coletiva do Trabalho, que entre se fazem, de um lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PLÁSTICAS E FARMACÊUTICAS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO -MG** e do outro o **SINDIEMG - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS** - Mediante as seguintes cláusulas e condições:

**PRIMEIRA - Data Base – Abrangência - PISO**

A Data-Base para os trabalhadores das Fabricas de Fogos de Artifício será o dia 1º de Maio de 2011, data que entrará em vigência o Acordo Coletivo e se aplica aos municípios de Abre Campo, Araújos, Baldim, Bambuí, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Bom Jesus do Amparo, Bom Sucesso, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Campo Belo, Candeias, Capim Branco, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Conceição do Pará, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Córrego Danta, Córrego Fundo, Divinópolis, Esmeraldas, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Igarapé, Iguatama, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Jaboticatubas, Japaraíba, João Monlevade, Nova União, Juatuba, Lagoa Santa, Luz, Manhuaçu, Manhumirim, Mariana, Matozinhos, Mateus Leme, Mário Campos, Moema, Nova Era, Nova Lima, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Preto, Pains, Pará de Minas, Passa Tempo, Pedra do Indaiá, Pedro Leopoldo, Perdigoão, Perdões, Pitangui, Piumhi, Ponte Nova, Prudente de Moraes, Raposos, Raul Soares, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Casca, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Domingos do Prata, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Sebastião do Oeste, Sarzedo, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Timóteo e Vespasiano, base territorial do sindicato profissional.

O Piso Normativo da Classe é de R\$580,00 (quinhentos e oitenta reais)

Sendo que ficou acordado entre ambas as partes (SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PLÁSTICAS E FARMACÊUTICAS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO-MG e SINDIEMG - Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais) um aumento de 09% (nove por



cento) sobre o salário de Abril de 2011, efetivo que o funcionário percebe na Empresa e que abrange também o setor de Escritório.

#### **SEGUNDA - Pagamento de Salário**

O pagamento de salário que se faz mensal deverá ser efetuado até o 5º dia útil, subsequente ao mês vencido. Isso se faz necessário.

#### **TERCEIRA - Reajustes Salariais**

Os reajustes salariais se darão na Data-Base da categoria aplicado o INPC (índice Nacional de preços ao consumidor), obedecido:

- a)- Tabela da Proporcionalidade admissão dos trabalhadores;
- b)- A aplicação dos índices de proporcionalidade correspondente ao mês de admissão, o empregado mais novo na Empresa não poderá perceber salário superior ao mais antigo da mesma função.

#### **QUARTA - Extrato de FGTS**

As Empresas ficam obrigadas a repassar aos seus empregados os extratos bancários do FGTS de cada um deles, desde que, os receba da instituição financeira.

Parágrafo Único – As Empresas deverão requerer a Caixa Econômica Federal o envio dos extratos do FGTS.

#### **QUINTA - Compensação e Prorrogação da Jornada de Trabalho -**

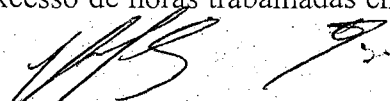
As Empresas poderão estabelecer programas de compensação de dias úteis intercalados entre domingos e feriados, ou entre fins de semana ou carnaval, ou outros, de sorte acontecer aos empregados um período de descanso mais prolongado devendo comunicar ao Sindicato Profissional as condições acordadas com seus empregados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua IMPLANTAÇÃO.

#### **SEXTA- Abono Internação –**

As Empresas abonarão ate 01 (um) dia a falta do empregado para acompanhar esposa ou filho no hospital em caso de internação, devidamente comprovado através de declaração do medico constando o nome do dependente e período de internação.

#### **SÉTIMA- BANCO DE HORAS**

- Fica convencionado que, conforme nova redação do parágrafo 2º do art 59 da CLT, não haverá acréscimo de salário, desde que o excesso de horas trabalhadas em um dia seja



compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 3 (três) meses à soma das jornadas semanais previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

§1º - A empresa, ao adotar o denominado Banco de Horas, deverá informar ao Sindicato obreiro a implementação desse sistema, com antecedência de até 10 (dez) dias.

§2º - O total de horas a ser compensado, seja de débito, seja de crédito, fica limitado até 90 (noventa) horas.

§3º - Considera-se débito as horas a favor da empresa e crédito as horas a favor do empregado.

§4º - O sistema de compensação ora pactuado, somente poderá ser adotado mediante observância da legislação aplicável, notadamente no que se refere à segurança e medicina do trabalho.

§5º - Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho ou decorrido o prazo de 6 (seis) meses de sua implantação, ocasião em que a contagem recomeça, o acerto de horas será efetuado da seguinte forma:

a) Havendo horas/débito do empregado, estas serão perdoadas, vedada a exigência de pagamento.

b) Havendo horas/crédito do empregado, estas serão quitadas acrescidas do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, obedecidos os prazos previstos neste parágrafo.

c) O prazo máximo para acerto de Banco de Horas, no caso de horas/crédito do empregado, conforme disposto na letra "b" anterior, será de 3 (três) meses.

§6º - Aos empregados que estejam devidamente matriculados em instituições de ensino em qualquer grau de escolaridade, não poderão deles ser exigida a execução de horas extraordinárias de forma a prejudicar a frequência normal dos mesmos.



§7º - O sistema de compensação deverá ser previamente informado ao empregado, por escrito, mediante recibo, com antecedência mínima de 48 horas.

§8º - A empresa manterá o empregado informado mensalmente, por escrito, individualmente e contra-recibo, a respeito de sua situação no Banco de Horas, informando o total de horas/crédito, horas/débito, bem como o saldo existente.

§9º - Quando requisitado semestralmente a empresa fica obrigada a fornecer ao Sindicato Profissional, demonstrativo da situação de todos os seus empregados perante o Banco de Horas.

§10- Não poderá haver trabalho, para efeito do Banco de Horas, em dias de descansos semanais remunerados e feriados. Poderá ser solicitado aos empregados, trabalho aos sábados, dentro do sistema de Banco de Horas, mas limitado a 2 (dois) sábados por mês, e em jornada máxima de 8 (oito) horas.

§ 11 - Caso seja comprovado que houve descumprimento, em parte ou integral da presente cláusula, em qualquer de seus itens, as horas de crédito em favor do empregado em aberto serão pagas com o acréscimo de 100%. Havendo horas de débito em favor da empresa, essas serão zeradas.

#### **OITAVA – Férias Coletivas e Licença Remunerada –**

As Empresas deverão comunicar as férias coletivas, aos empregados e ao Sindicato Profissional, nos prazos previstos em lei;

Parágrafo Único - O início das férias coletivas não poderão coincidir com feriados ou dias já compensados.

#### **NONA - Horas Extras-**

As Horas Extraordinárias, quando ajustadas corretamente com seus empregados, respeitando os limites legais poderão ser organizadas com pagamento do adicional de 50% (Cinquenta por cento) em relação às horas normais.

#### **DECIMA - Prevenção de Acidentes e Doenças –**

As Empresas deverão cientificar previamente, por escrito, seus trabalhadores que forem contratados ou transferidos para áreas insalubres ou perigosas à saúde, orientando-os adequadamente a respeito dos riscos e cuidados necessários, inclusive no que diz respeito a



utilização de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e ou EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva), os quais, quando necessário, deverão ser fornecidos gratuitamente;

Parágrafo Primeiro – Todos os EPI's fornecidos deverão possuir o certificado de aprovação;

Parágrafo Segundo - Recomenda-se também que a CIPA faça divulgação aos empregados da empresa, quando as condições gerais de proteção à segurança no trabalho.

#### **DÉCIMA PRIMEIRA- Normas Constitucionais –**

A promulgação de legislação ordinária e ou REGULAMENTADORA dos preceitos constitucionais substituirá, onde aplicado, direitos e deveres previstos nesta convenção.

#### **DÉCIMA SEGUNDA- Salário Substituição –**

Fica assegurado ao empregado substituto, nas substituições superiores à 30 (trinta) dias consecutivos, mesmo quando eventuais, o direito de receber o salário igual ao Empregado substituído;

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto no “caput” desta cláusula período ultrapassados 30 (trinta) dias consecutivos.

#### **DÉCIMA TERCEIRA – Transporte Coletivo –**

Na forma do decreto NR 85247/87, poderá ser descontado a parcela equivalente a 06 (seis) por cento do salário básico ou vencimento, a título de vale transporte aos beneficiários, a partir da contratação de linhas de transporte público regular até o local de trabalho.

#### **DÉCIMA QUARTA - Atestado Médico/ Odontológico –**

As Empresas aceitarão como validos atestados medico Odontológico fornecido por profissionais habilitados e por profissionais que trabalham para o Sindicato Profissional, salvo aqueles que mantenham serviços medico/ Odontológicos ou Conveniados.

Parágrafo Único - Os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais habilitados, de que trata a primeira parte do “Caput” desta clausula, somente terão validades se os mesmos forem assinados e emitidos por profissionais devidamente credenciados pelo INSS com o CID.

#### **DÉCIMA QUINTA-Igualdade de Condições de Trabalho –**

Recomendamos às Empresas que assegurem igualdade de condições e oportunidades às mulheres para concorrer em quaisquer cargos, desde que atendidos os requisitos para a função.

**DÉCIMA SEXTA – Emprego em Via de Aposentadoria -**

Aos Empregados que contem o mínimo de 05 (cinco) anos na Empresa que comprovadamente estiverem ao Máximo de 12 (doze) meses de aquisição no direito a aposentadoria integral, ou seja, após 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, nos casos de aposentadoria especial, fica assegurado o empregado ou os salários durante o período que a aquisição de direito.

Parágrafo Primeiro - O benefício previsto nesta cláusula somente será devido, caso o empregado informe a empresa por escrito, que se encontre em um dos períodos de pré - aposentadoria mencionada no “Caput”, salvo se todo o período de trabalho gerador de direito a aposentadoria tiver sido cumprido na mesma Empresa.

Parágrafo Segundo - A comunicação à Empresa deverá ocorrer no Máximo de até 30 (trinta) ou 29 (vinte e nove) anos de contribuição previdenciária, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro - Caso o Empregado dependa de documentação do tempo terá 45 (quarenta e cinco) dias de prazo a partir da comunicação efetuada à Empresa;

Parágrafo Quarto - Não tendo o empregado cumprido o disposto no Parágrafo Primeiro, Segundo, Terceiro, mas comprovando após sua dispensa estará nas condições prevista nesta cláusula, a Empresa poderá optar por reintegrá-lo ou ficará obrigada a reembolsá-lo mensalmente pelo mesmo valor que pagar a Previdência - Social, durante o período que faltar para completar o tempo de contribuição previsto no “Caput” e que permanecer como contribuinte autônomo ou voluntário e que seja, de no Máximo de 12 (doze) meses.

Parágrafo Quinto - Obtendo novo emprego, cessa para a Empresa obrigação prevista no parágrafo anterior;

Parágrafo Sexto - Para efeito do reembolso, competirá ao Empregado comprovar, mensalmente perante a Empresa, o pagamento que houver feito à Previdência Social;



Parágrafo Sétimo - As condições desta cláusula prevalecem enquanto forem mantidas as atuais condições de aposentadorias por tempo de serviço.

#### **DÉCIMA SÉTIMA- Primeiros Socorros –**

As Empresas obrigam-se a manter material para primeiros socorros, inclusive absorventes higiênicos, bem como, se obrigam a promover a condução do empregado para atendimento médico, imediatamente, em caso de emergência;

Parágrafo Único - Serão prestados primeiros socorros e deslocamentos para atendimentos médicos aos empregados de empreiteiras que, estiverem executando serviços na empresa, em caso de acidentes dentro da Empresa.

#### **DÉCIMA OITAVA - Ação de Cumprimento-**

Os Empregados, ou seja, o Sindicato poderão integrar Ação de Cumprimento na forma e para fins no Artigo 872 Parágrafo Único da CLT, desde que respeitando o Enunciado 310.

#### **DÉCIMA NONA - Revisão-**

O processo de prorrogação, revisão, denuncia ou revogação total ou parcial da presente convenção, ficará subordinada as normas estabelecidas pelo Artigo 615 da CLT.

#### **VIGÉSIMA - Abrangências-**

Estão obrigados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, todos os trabalhadores vinculados às Empresas com atividades econômicas de Fogos de Artifício Pirotécnicos.

#### **VIGÉSIMA PRIMEIRA- Contrato de Experiência –**

Os contratos de experiências somente terão validade até o prazo de 90 (noventa) dias, comprovada pela CTPS.

- FUNÇÃO REAL - Anotação na CTPS, da função real desempenhada pelo Empregado.

#### **VIGÉSIMA SEGUNDA- Contribuição Assistencial –**

As empresas se obrigam a descontar, como simples intermediárias, de todos os seus empregados, uma Contribuição Negocial, no valor correspondente a **3% (três por cento)** dos salários nominais do mês de maio/11, e **3% (três por cento)** dos salários

nominais do mês de **setembro/11**, com o limite máximo de desconto de **R\$ 150,00**, para cada parcela, conforme adesão perante a Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, ao Termo de Ajuste de Conduta nº 454, proposto pelo Ministério Público do Trabalho ao setor metalúrgico, em 29/11/2004.

§ 1º - Os valores descontados deverão ser recolhidas em favor do Sindicato dos Trabalhadores, conta corrente número 163-7 da Caixa Econômica Federal, Agência 1639 - Jardim Industrial, Rua Tiradentes, nº 2426, em Contagem-MG.

§ 2º - Ao trabalhador que não concordar com o desconto ficará assegurado seu direito de oposição direta e pessoalmente ao sindicato, **unicamente no seguinte endereço: Rua Sandoval de Azevedo, 992, Jardim Industrial, Contagem** (de 9 às 17h, de 2ª a 6ª feira), ou mediante correspondência **individual** com AR (Aviso de Recebimento) enviado pelos Correios ao Sindicato da categoria, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da Convenção. No prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, após o vencimento do período de oposição estipulado, o sindicato encaminhará a cada empresa, a relação de seus trabalhadores que enviaram cartas de oposição.

§ 3º - Os valores descontados deverão ser recolhidos ao Sindicato Profissional, na conta acima mencionada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de multa mensal de 5% (cinco por cento), sobre o montante descontado e não recolhido. Em igual multa incorrerá a empresa que deixar de apresentar/remeter ao sindicato profissional a relação nominal dos empregados que sofreram o desconto.

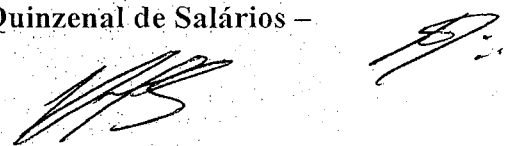
#### **VIGÉSIMA TERCEIRA – CESTA BÁSICA**

Fica garantida uma cesta básica natalina no valor mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais) a ser concedido ao funcionário até o dia 23 de Dezembro de cada ano;

#### **VIGÉSIMA QUARTA - Clausula Protetiva-**

Fica acordado entre o Sindicato Patronal e Sindicato dos Trabalhadores que havendo qualquer mudança Política Salárial ou caso haja progressão de inflação voltarão a assentar-se para nova negociação.

#### **VIGÉSIMA QUINTA - Adiantamento Quinzenal de Salários –**



As Empresas poderão conceder aos seus empregados um adiantamento salarial, valor mínimo de 50% (cinquenta por cento) do salário base devido no respectivo mês, a ser feito até 15 (quinze) dias antes do pagamento mensal.

#### **VIGÉSIMA SEXTA - Anotações na CTPS-**

As Empresas farão registro na CTPS da função que o Empregado estiver exercendo efetivamente, de acordo com a classificada do CBO (Código Brasileiro de Ocupação) com as devidas alterações, inclusive de salário;

Parágrafo Primeiro: Deverão ser feitas anotações diferenciadas de antecipação e promoções;

Parágrafo Segundo: No campo reservado à anotação do recolhimento da contribuição Sindical, as Empresas deverão anotar a sigla do Sindicato Profissional, qual seja "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PLÁSTICAS E FARMACÊUTICAS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO-MG".

#### **VIGÉSIMA SÉTIMA - Pagamento de Verbas Rescisórias-**

As verbas rescisórias deverão ser pagas dentro dos prazos fixados pelo Artigo 477 da CLT, por mês de atraso, sem prejuízo da pena de artigo convencional.

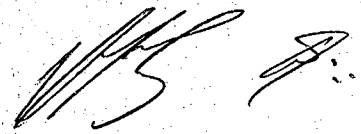
Parágrafo Terceiro: Para o ato rescisório o representante da empresa deverá apresentar a seguinte relação de documentos:

- a)- Ficha e ou livro de registro de empregados corretamente preenchido e atualizado em todos os seus campos;
- b)- Aviso- Prévio ou carta de dispensa;
- c)- Guias de Seguro de Desemprego;
- d)- Comprovante do saldo atualizado do FGTS;
- e)- TRCT (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho) em 05 (cinco) vias;
- f)- Comprovante de quitação das taxas de custeio do Sindicato Profissional;
- g)- Atestado Medico Demissional.

#### **VIGESIMA OITAVA - Concessão de Férias Individuais-**

O início das férias individuais integrais ou não, poderão coincidir com dias de repouso, feriados, ou dias já compensados, bem como sábados, quando este não for considerado útil.

Parágrafo Primeiro - A Concessão de férias individuais será comunicada ao empregado com 30 (trinta) dias de antecedência, cabendo a este assinar a respectiva notificação.



Parágrafo Segundo - Caso o decurso do gozo de férias, coincidirem com a folga compensatória, decorrente de "ponte" anteriormente ajustada com a empresa, os empregados deverão receber em pecúnia o valor desta folga já compensado.

#### **VIGESIMA NONA - Licença para Casamento-**

A licença para casamento prevista no item 11, do Artigo 473 da CLT passa a ser 03 (três) dias consecutivos.

#### **TRIGÉSIMA - Garantias de Emprego-**

Asseguram-se aos empregados as seguintes garantias de emprego ou salário:

- a) 90 (noventa) dias, após receber baixa do serviço militar obrigatória;
- b) 90 (noventa) dias, após o retorno, ao empregado que permanecer afastado em decorrência de doenças, por período superior a 30 (trinta) dias;
- c) 30 (trinta) dias, para gestantes, contados do fim da licença - maternidade, após o gozo do auxílio maternidade;

#### **TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Recados Telefônicos-**

As Empresas se obrigam a transmitir aos seus empregados, recados telefônicos que tratam de assuntos urgentes;

#### **TRIGÉSIMA SEGUNDA - Comunicação de Acidentes de Trabalho-**

As Empresas ficam obrigadas a comunicar, no prazo legal, ao INSS, quaisquer acidentes de trabalho que provocarem afastamento do empregado;


Parágrafo Primeiro - No prazo de quinze dias as empresas deverão enviar cópia de comunicação de Acidentes de trabalho ao Sindicato Profissional;

Parágrafo Segundo - Em caso de atraso na comunicação ao INSS, as empresas arcarão com os eventuais prejuízos que o empregado venha sofrer em decorrência desse fato.

#### **TRIGESIMA TERCEIRA - Boletins do Sindicato Profissional-**

Todos os boletins do Sindicato Profissional, sempre que possível, conterá uma mensagem educativa dirigida aos funcionários sobre os seguintes assuntos:

- a)- Manutenção correta e adequada dos EPI's;
- b)- Limpeza e higiene, no ambiente de trabalho para evitar acidentes;
- c)- Limpeza conservação e higiene, especialmente nos refeitórios, vestiários e instalações sanitárias;



- d)- Guarda responsável dos instrumentos de trabalho e manuseio dos mesmos;
- e)- Uso correto de crachás.

#### **TRIGÉSIMA QUARTA - Recibo de Entrega de Equipamentos de Uso Individual-**

Os empregados, ao receberem armários, equipamentos e ferramentas de trabalho de uso individual, EPI's uniformes e etc, deverão fornecer recibos, tornando-se responsável pela conservação e utilização dos mesmos, exceto em caso de danos causados por terceiros, tais como: arrombamento, roubo, etc.

#### **TRIGÉSIMA QUINTA - CIPA-**

As eleições da CIPA serão realizadas rigorosamente de acordo com os termos da NR-5.

Parágrafo Primeiro - Todo o processo eleitoral e respectivo apuração serão acompanhados pelos integrantes da CIPA em exercício, excetuados aqueles que se candidatarem à reeleição.

Parágrafo Segundo - O Sindicato Profissional será compulsoriamente comunicado, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias da data marcada para realização de eleição;

Parágrafo Terceiro - A inobservância de qualquer destas condições gera a nulidade do processo eleitoral.

#### **TRIGESIMA SEXTA - Fornecimento de Uniformes EPI's-**

As Empresas obrigam-se a fornecer, gratuitamente, aos seus empregados equipamentos de proteção individual, quando necessário e nos termos da legislação que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro - Tratando-se de óculos de segurança com grau, cabe também a empresa o respectivo fornecimento mediante receita obtida pelo empregado.

Parágrafo Segundo - As Empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados deverão fornecer os uniformes aos seus empregados até o limite de 02 (dois) por ano.

#### **TRIGESIMA SETIMA - Fornecimento de Lanche-**

As Empresas, na ocorrência de horas - extras, além de 01 (uma) hora por dia, ficam obrigadas ao fornecimento de um lanche aos empregados nos dias em que ocorrer a prestação dessas horas extras.



### **TRIGESIMA OITAVA - Visita dos Diretores do Sindicato -**

As Empresas receberão Diretor(res) e Assessor(res) do Sindicato Profissional, desde que credenciados pelo Presidente da Entidade, sendo que, para tanto, deverão ser pré-avisados com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e preestabelecidos os assuntos de visita.

Parágrafo Primeiro - Nos casos em que, na data solicitada para visita, ocorrer premente necessidade de ausência, as partes, de comum acordo, fixarão nova data para a visita;

Parágrafo Segundo - Só serão liberados os Diretores do Sindicato Profissional que nos 30 (trinta) dias que antecederem a liberação, não tenham tido faltas injustificadas ao serviço.

### **TRIGÉSIMA NONA - Relação de Contribuintes-**

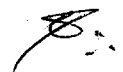
As Empresas fornecerão ao Sindicato Profissional, na época dos respectivos recolhimentos, da contribuição confederativa um relatório contendo as seguintes informações: Nome Completo do empregado sem abreviatura, número da CTPS, Data de Admissão, função, total de Remuneração e Valor do desconto, em um prazo Máximo de 10 (dez) dias ocorridos após o recolhimento.

### **QUADRAGÉSIMA - Mensalidade do Sindicato Profissional-**

As empresas ficam obrigadas a descontar mensalmente, em favor do Sindicato Profissional, as contribuições sociais de seus empregados. Para este fim, o Sindicato fornecerá relação nominal, acompanhada da concordância dos empregados.

§ 1º - As contribuições mensais, tão logo descontadas dos salários dos empregados conforme previstos nesta cláusula deverão ser creditados na conta número 003000392-3 da Caixa Econômica Federal, agência 1639 - Jardim Industrial, Rua Tiradentes, 2.426, Contagem - MG, no prazo de 03 (três) dias úteis, cabendo à empresa remeter via postal, para a sede do Sindicato, relação contendo os nomes dos empregados, data de admissão e número da Carteira Profissional, que sofreram o desconto e cópia Xerox do comprovante bancário. A empresa pagará multa mensal de 5% (cinco por cento) se passado o prazo previsto nesta cláusula.

§ 2º - As datas de admissões e números das Carteiras Profissionais, só serão informadas na primeira relação.

**QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – Empregado Estudante-**

O Empregado estudante, matriculado em curso regular, previsto em lei desde que, faça prévia comunicação a empresa, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado, não poderá prestar serviços além da jornada legal;

Parágrafo Primeiro - Havendo conflito entre o horário normal de trabalho e o horário para prestação de exames escolares oficiais ou reconhecidos, o empregado estudante não sofrerá descontos em seus salários pelos dias não trabalhados, mas deverá compensar sua ausência, mediante prestação de trabalho em outros dias, de comum acordo com a empresa;

Parágrafo Segundo – A compensação a que se refere o parágrafo primeiro deverá ocorrer no prazo Máximo de 30 (trinta) dias após a ausência do empregado, sob pena da ausência converter-se em licença remunerada.

**QUADRAGESIMA SEGUNDA - Comissionista –**

O cálculo das comissões para os empregados sujeitos a tal regime da remuneração, para fins de pagamento de décimo terceiro salário, férias e/ ou rescisão contratual será feito tomando por base o calculo dos valores da média: ou do ultimo trimestre, ou do ultimo semestre, ou do ultimo ano.

**QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - Demonstrativo de Pagamentos-**

As Empresas obrigam-se a fornecer aos seus empregados, em papel que contenha identificação desta, discriminação de quaisquer valores pagos e respectivos descontos.

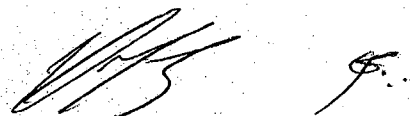
**QUADRAGESIMA QUARTA - Água Potável-**

A água potável a ser fornecida aos empregados poderá ser tratada através de bebedouros ou filtros convencionais, desde que os mesmos estejam dentro das especificações técnicas, as quais deverão ser afixadas ao lado do bebedouro ou filtro, para ciência de todos os empregados.

**QUADRAGESIMA QUINTA - Mão de Obra Temporária-**

As Empresas, quando da contratação de mão-de-obra temporária, deverão obedecer rigorosamente às legislações vigentes.

Parágrafo Único – A inobservância de qualquer dispositivo legal referente a contratação de mão-de-obra temporária, implica em estabelecimento do vínculo trabalhista com a empresa tomadora, por tempo indeterminado.



**QUADRAGÉSIMA SEXTA - Trabalhadoras de Empreiteira-**

As Empresas, ao contratarem os serviços de terceiros, deverão consignar nos respectivos contratos, a isonomia de tratamento a ser dispensada aos empregados de empreiteiras que terão, portanto, os mesmos direitos e obrigações contidas nesta Convenção Coletiva de Trabalho dentro da empresa.

**QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - Funcionários representantes da Empresa e do Sindicato -**

Os funcionários representantes das empresas, ao comparecerem ao Sindicato Profissional para tratarem de assuntos que envolvem o cumprimento de dispositivos legais, inclusive de atendimento às cláusulas convencionais, serão atendidos sem discriminação, com cordialidade, respeito e dignidade, pelos funcionários representantes das empresas com relação aos funcionários e diretores do Sindicato Profissional.

**QUADRAGÉSIMA OITAVA - Garantia de Emprego para o Acidentado-**

O empregado que sofrer acidentes de trabalho ou doenças profissionais e for afastado por período superior a 15 (quinze) dias, ao retornar terá garantia de emprego durante 12 (doze) meses.

**QUADRAGÉSIMA NONA - Multa**

Ajusta-se multa equivalente a 01 (um) Salário Mínimo vigente no País, à época da infração cometida, a ser paga em favor da parte prejudicada, pela parte que descumprir quaisquer obrigações de fazer constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

**QUINQUAGÉSIMA - Vigência**

O prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de trabalho será até 30 de abril de 2013, para as cláusulas sociais e 30 de Abril de 2012 para as cláusulas econômicas.

**QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - Fatores Climáticos Diversos ou Outros**

Ficam assegurados os salários dos trabalhadores que, estando à disposição do empregador, fiquem impossibilitados de exercer suas atividades em razão de fatores climáticos adversos, falta de material ou maquinaria danificada, desde que se apresentem e permaneçam no local de trabalho, durante toda a jornada laboral, ou seja, dispensados por ordem escrita.



**QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL –**

Conforme decidido pela Assembléia Geral da entidade patronal conveniente, as empresas representadas pelo Sindicato Patronal associadas ou não, deverão recolher aos seus cofres uma contribuição destinada ao custeio de programas de assistência à categoria.

As empresas abrangidas pela presente convenção contribuirão com o Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais – SINDIEMG - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE EXPLOSIVOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano a título de contribuição Assistencial Patronal, pela assistência prestada nas negociações em interesse da categoria, através de emissão de boleto bancário contra apresentação do respectivo recibo;

**QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA –**


Que fica acordado entre as Empresas e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PLÁSTICAS E FARMACÊUTICAS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO-MG - Sindicato dos Trabalhadores, de terem por obrigação, que através de seu Departamento de Pessoal, Sindicalizem todos os seus Funcionários da Empresa ou Contratados de Imediato.

**QUINQUAGÉSIMA QUARTA-**


Os Sindicatos: Patronal e Profissional, no intuito de preservar a viabilidade das atividades econômicas das empresas pertencentes à categoria patronal e especialmente os empregos por ela gerados vem compromissar em cumprir integralmente as normas pactuadas na NR 19;

Assim, estando as partes devidamente ajustadas, assinam a presente em 15 (quinze) laudos, somente anverso e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Santo Antonio do Monte - MG, 27 de maio de 2011.

  
Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Químicas, Plásticas E Farmacêuticas De  
Belo Horizonte e Região - MG

Presidente

  
SINDIEMG - Sindicato Das Indústrias De Explosivos Do Estado De Minas Gerais

Presidente



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DE MINAS GERAIS

Processo: Sem número

Reunião dia: 11/02/2005

Horário: 13 : 00 horas

Categoria Profissional: Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Minas Gerais e Sindicatos filiados

Categoria Econômica: Sindicato das Indústrias da Fabricação de Alcool do Estado de Minas Gerais, Sindicato da Indústria do Material Plástico do Estado de Minas Gerais e Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins Industriais do Estado de Minas Gerais

Objetivo da reunião: Negociação coletiva ( celebração de instrumento normativo )

Número de empregados: aproximadamente 22.000

**RESULTADO:** Aberta a reunião, presentes os convidados, após as considerações por todos tecidas, as partes decidiram-se pela adesão dos segmentos no âmbito de representação das entidades sindicais envolvidas ao termo de ajustamento de conduta nº 454/04, proposto pela PRT/3ª Região ao setor metalúrgico, assinado pelos procuradores, Dra. Júnia Soares Nader e Dr. Arlêlio de Carvalho Lage, cujos termos seguem transcritos: "1ª) As taxas fixadas em Convenção ou Acordo Coletivo em favor do Sindicato da Categoria Profissional sob qualquer rubrica, deverão obedecer os seguintes critérios: I - Havendo na Convenção ou no Acordo Coletivo cláusula concedendo benefícios diretos ou indiretos, a taxa a ser cobrada será de no máximo 6% sobre o salário nominal corrigido, podendo ser parcelada; II - Havendo Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho cujas cláusulas apenas repitam direitos já fixados na legislação, fica vedada a cobrança de qualquer taxa; III - Não poderá haver convenção ou acordo coletivo visando exclusivamente a cobrança de taxa em favor dos sindicatos; IV - Ao trabalhador que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato ou mediante correspondência com AR enviado pelos Correios ao Sindicato da Categoria, no prazo de 10 dias contados da assinatura da Convenção ou do Acordo Coletivo de Trabalho; 2ª) O Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego controlarão a fiel observância do presente compromisso, podendo requisitar auxílio de outros órgãos federais e estaduais". Registre-se a não transcrição dos demais itens do TAC, tendo em vista tratarem de matéria sob competência exclusiva do Ministério Público do Trabalho. Por fim, a direção da mesa informou que encaminhará cópia desta ata ao Gabinete do Delegado Regional do Trabalho, propondo sua remessa à PRT/3ª Região, aos cuidados da Dra. Júnia Nader. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata.

P/ Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais

*Representação Profissional*  
Sela Federação e pelos Sindicatos

*Químicas e Farmacêuticas*  
P/ Representações Patronais  
(SIND. IA  
PROD QU  
E. M. C

*Assinaturas manuscritas da Representação Profissional*

*Assinaturas manuscritas das Representações Patronais*